

BOLETIM ECONÔMICO

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Agravamento da pandemia afetou os resultados dos setores

INFLAÇÃO

IPCA acumula taxa de 2,05%, somente no primeiro trimestre do ano

BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial acumulou um superávit de US\$ 1,648 bilhões nos três primeiros meses de 2021

DESEMPREGO

IBGE aponta a maior taxa e o maior número de pessoas desocupadas desde o início da série histórica, em 2012

1º TRIMESTRE/2021



NECON **FECAP**

CARTA DE ABERTURA

por Allan Carvalho



321.886 vidas perdidas. Este é o número de óbitos apurados pelo consórcio de veículos de imprensa, a partir de dados das secretarias estaduais de saúde, até o final de março de 2021. A expectativa de que o pior da pandemia tinha ficado em 2020, infelizmente, não foi concretizada - somente no primeiro trimestre deste ano, 126.910 mortes foram registradas em nosso país, um patamar tão próximo das 135.320 vidas perdidas no segundo semestre de 2020.

Por influência da aceleração do contágio e número de mortes por Covid-19, a economia brasileira entrou em (mais) uma incerteza sobre sua recuperação, como pode ser visto pelo comportamento do mercado de ações – o Ibovespa fechou março com 116.664 pontos, uma queda de 2% desde janeiro.

Os setores de comércio e serviços fecharam em queda, no acumulado do primeiro trimestre de 2021, -0,6% e -0,8%, respectivamente, demonstrando a sensibilidade dos mesmos com a circulação de pessoas, que foi contida por planos estaduais que visavam a redução do contágio de coronavírus.

Na contramão, a indústria apresentou alta de 4,4% no acumulado entre janeiro-março deste ano, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Mas não se engane que o movimento deste ramo de atividade foi diferente ao do comércio e serviço; os resultados apresentaram uma desaceleração na produção, e só em março foi registrado uma queda de 2,4%, em relação ao mês anterior.

Não bastasse a calamidade na saúde, os setores econômicos, em especial as indústrias, passam por problemas com a desvalorização do real, que fechou o primeiro trimestre em R\$5,63, e falta de peças, como o setor automobilístico. Muitos destes (e outros problemas) foram repassados aos consumidores, levando ao IPCA, índice oficial da inflação, acumular uma taxa de 2,05% nos três primeiros meses de 2021 – um patamar que ascende um alerta para o cumprimento da meta estipulada pelo Banco Central do Brasil, de 3,75% ao ano, com limites inferiores e superiores de 2,25% a 5,25%, respectivamente.

Contudo, mesmo diante deste cenário, e de uma taxa de desemprego de 14,7%, recentes previsões apontam para uma melhora econômica (+5,5% no PIB de 2021, aproximadamente), muito influenciada pelo último resultado do PIB (com um crescimento de 1,2%). Qual sua aposta? Os convido para ler este boletim, um extrato da conjuntura econômica brasileira, que irá lhe ajudar a compreender os desafios de nossa nação.

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

por Matheus Zaharansky, Valéria Freitas e Raul Rocco

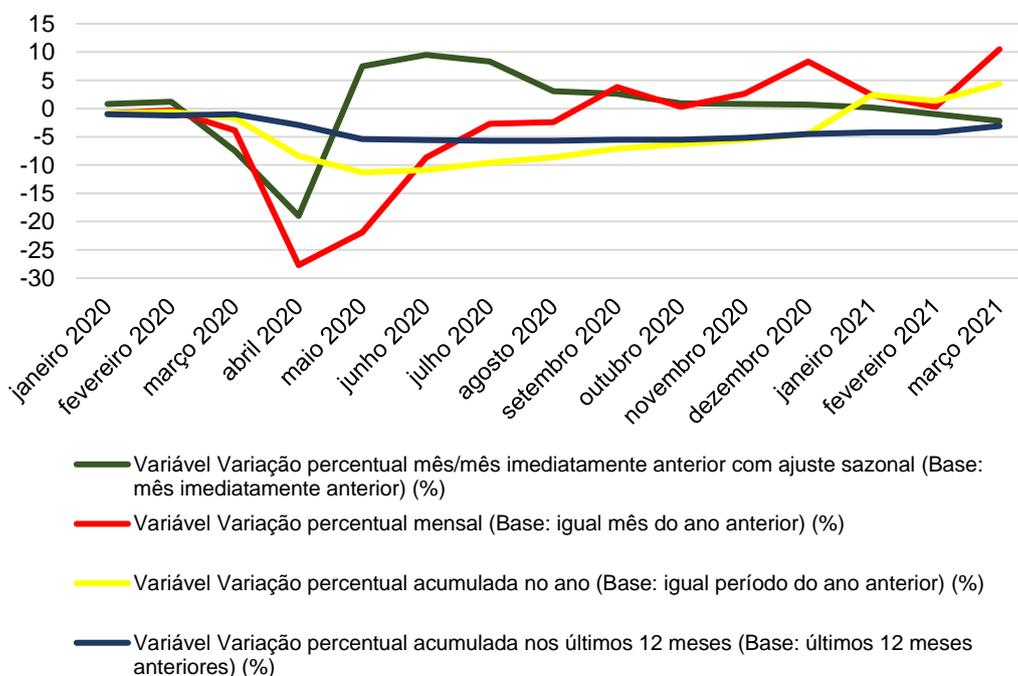
Indústria

Durante o primeiro trimestre de 2021 observamos o rompimento da série de nove meses consecutivos de altas. Em fevereiro, o indicador apresentou um resultado negativo de 1%, seguido por uma intensificação negativa de 2,4%, no mês de março, totalizando uma perda de 3,1% no acumulado do ano.

O setor industrial se encontra 16,5 pontos percentuais abaixo do pior patamar histórico, registrado no mês de maio de 2011. Todos esses resultados negativos e desanimadores para o setor podem ser explicados pela intensificação das medidas restritivas, visando a contenção do avanço da pandemia, prejudicando toda a cadeia produtiva através da paralização das plantas industriais e das interrupções nas jornadas de trabalho.

Com as perdas observadas, em fevereiro e março, o acumulado de maio de 2020 até janeiro deste ano foi zerado, fazendo com que a indústria regressasse ao patamar em que se encontrava no pré-pandemia.

Gráfico 1: Evolução (%) do comportamento da indústria nacional



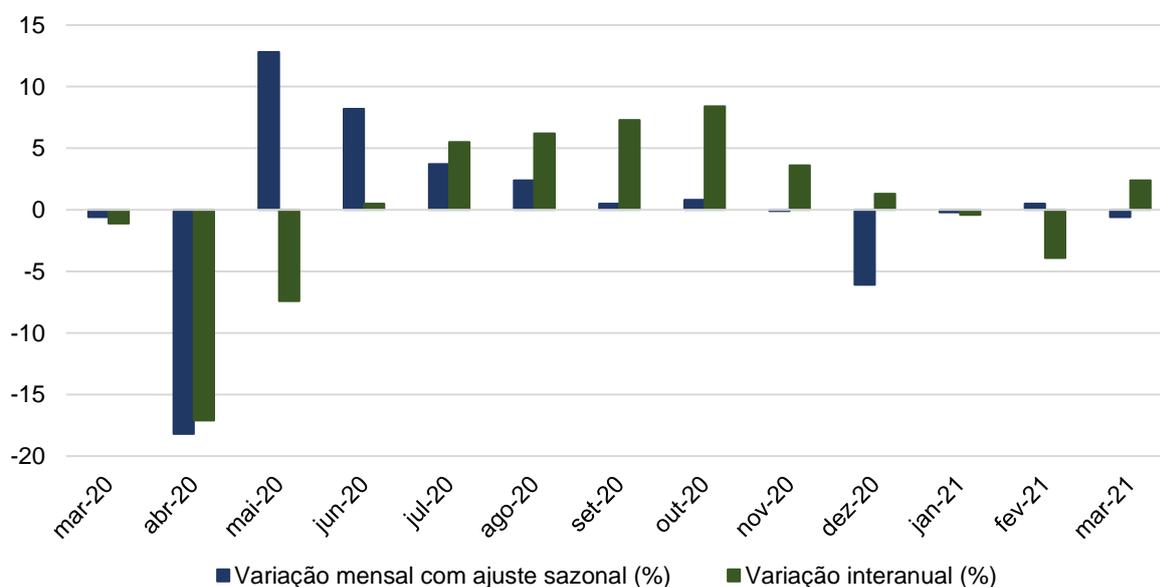
Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

Comércio

A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) apontou que as vendas para o último mês do primeiro trimestre, março 2021, teve queda de 0,6%, em relação ao mês anterior (considerando o ajuste sazonal), sendo o terceiro resultado negativo, nos últimos 4 meses. Com isso, de jan-mar de 2021, o comércio varejista apresentou uma variação negativa de 0,6% no primeiro trimestre do ano 2021. Já na análise interanual, o volume de vendas cresceu 2,4 pontos percentuais.

Assim, fica evidente o efeito do agravamento da pandemia, da Covid-19, no índice de volume de vendas de março, principalmente pelas maiores restrições de funcionamento dos diferentes segmentos do comércio. Além disso, nota-se uma redução na demanda em segmentos não essenciais, influenciados pela suspensão do auxílio emergencial e alta da inflação e desemprego.

Gráfico 2: Índice do volume de vendas no comércio varejista



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio

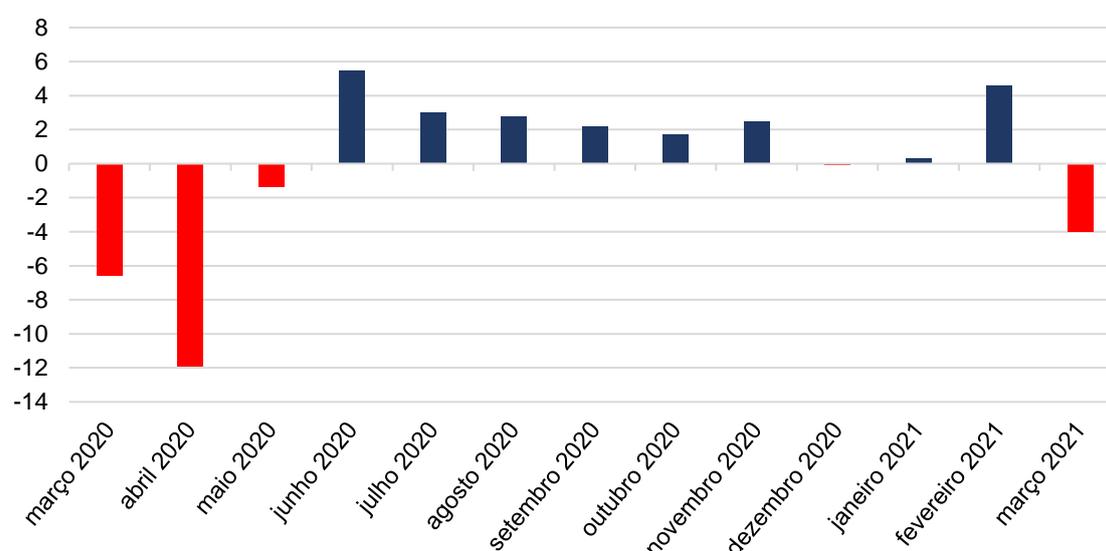
O segmento de *Combustíveis e lubrificantes* ilustra a situação, cuja queda (-1,5% em março, na comparação interanual e -6,8%, no acumulado do primeiro trimestre) é justificada pelo aumento consecutivo de preços nos últimos meses. O IPCA, de março de 2021, evidencia a alta no grupo de *Transportes* em 3,81%, principalmente pela alta dos combustíveis (11,23%), e em especial a gasolina (11,26%). A desvalorização cambial e o comportamento do mercado externo também afetaram negativamente o consumidor final.

Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que em março teve uma alta de 3,3% (em relação a fevereiro 2020), apresenta uma desaceleração em relação ao ano passado, com uma queda de 3,9%. Pesquisadores justificam que no início da pandemia, os hipermercados (e alguns supermercados) absorveram grande volume de vendas ao oferecerem mais do que alimentos – móveis, eletrodomésticos e até vestuário, por exemplo – contudo, a inflação dos alimentos afetou os resultados de 2021. Em março de 2021, a inflação foi de 0,93%, o maior resultado para o mês, desde 2015, e o grupo dos alimentos mostrou uma variação positiva de 0,13%, ainda que seja apresentada, desde dezembro, uma tendência de desaceleração: 1,74%, 1,02% e 0,27%, em dezembro, janeiro e fevereiro, respectivamente.

Serviços

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE, o mês de março de 2021 apresentou uma queda de 4%, em relação ao mês anterior. O último resultado divulgado, praticamente elimina a alta de 4,6% do mês de fevereiro. Em comparação com mesmo período do ano de 2020 é possível observar uma forte melhora, de 4,5%. Observando o resultado trimestral, percebe-se que apesar das altas nos meses de janeiro e fevereiro, o setor encerra o período com uma queda acumulada de 0,8%.

Gráfico 3: Variação percentual mensal dos serviços



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços



Analisando o gráfico acima, nota-se que, a partir de junho de 2020, o setor apresentava sinais de recuperação, porém, com o agravamento da pandemia e com a utilização da fase emergencial, em São Paulo, como medida de combate ao coronavírus, a limitação das atividades impactou fortemente o último resultado. Dentre as 5 atividades abordadas na PMS, pelo menos 3 delas sofreram com o avanço do vírus. Os *Serviços prestados às famílias* caíram 27%, sendo a menor taxa desde abril de 2020. Essa queda reflete as medidas restritivas adotadas durante o pico de casos. *Serviços auxiliares, administrativos e complementares* tiveram queda de 1,4%, já o setor de *Transporte, serviços auxiliares aos transportes e correio* retraiu 1,9%.

Entre todos os 27 estados da união, 14 deles presenciaram quedas entre o mês de fevereiro e março, destaque importante para São Paulo (-2,6%), seguido por Distrito Federal (-6,1%), Minas Gerais (-1,6%), Santa Catarina (-3,4%) e Rio de Janeiro (-0,8%).

Tendo em vista o agravamento da pandemia no Brasil, as expectativas de recuperação econômica estão estritamente dependentes da imunização contra o vírus. A perspectiva para a retomada das atividades está prevista somente para o segundo semestre de 2021 e início de 2022. Sendo assim, para que se cumpra as revisões de crescimento do PIB (3% a 4%) de algumas instituições financeiras, é necessário a conscientização da população no geral para que a propagação da Covid-19 seja reduzida e, também, que o cronograma de vacinação seja cumprido. No próximo capítulo, abordaremos o resultado da inflação e seus efeitos.

INFLAÇÃO

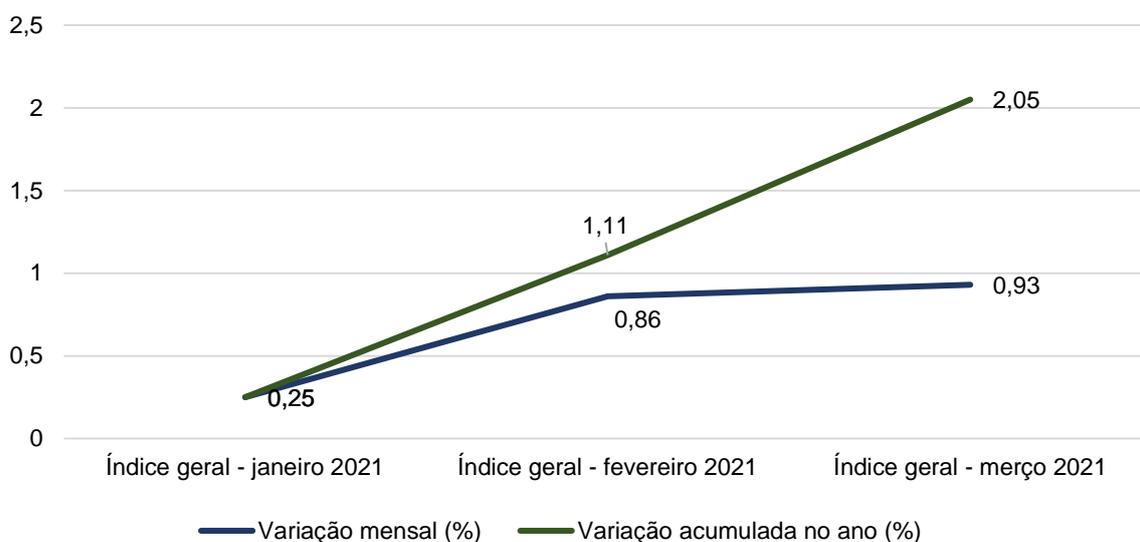
por Christian Rodrigues, Gabriella Batalha e Thamires dos Santos

O último resultado mensal, do IPCA, do primeiro trimestre de 2021, apresentou uma variação mensal, em relação ao mês anterior, de 0,93%. Diante disso, entre jan-mar de 2021, o índice acumula uma taxa de 2,05% ao ano, influenciado, principalmente, pela alta nos combustíveis, que foi de 11,23%. É válido ressaltar que o atual patamar de inflação acumulada, representa uma das maiores taxas para o período nos últimos anos. A meta estipulada pelo Banco Central do Brasil, atualmente, é de 3,75% ao ano, com limites inferiores e superiores de 2,25% a 5,25%, respectivamente.

O Índice de Preços ao Consumidor, IPC, é o indicador que mede a variação de preços de bens e serviços que compõem as despesas comuns de famílias com renda de 1 a 10 salários mínimos mensais. A variação da cesta básica média no trimestre foi baixa, cerca de +0,38 centavos, influenciado pela desaceleração nos alimentos, apesar do aumento no setor de transportes que subiu de 0,92%, em janeiro, para 3,26%, em março de 2021.

O fim do Auxílio Emergencial no final do ano passado ainda impacta nos resultados do primeiro trimestre de 2021. Muitas famílias de baixa renda ainda sentem os reflexos na alta dos preços de 2020. Com o retorno do Auxílio Emergencial em abril, com valores que variam de R\$150 a R\$375, esse impacto nas famílias deve ser menor durante os meses de pagamento.

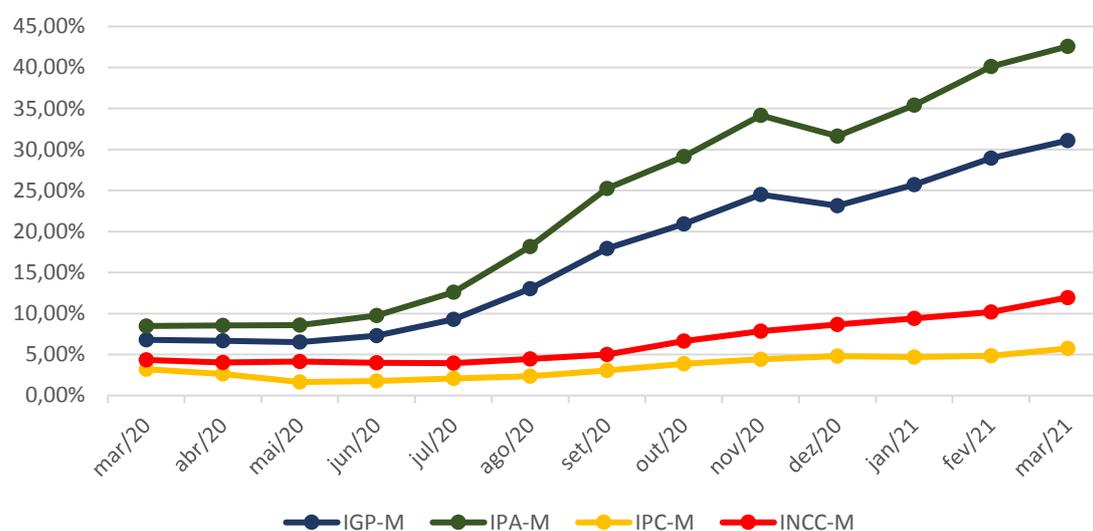
Gráfico 4: IPCA - Variação mensal e acumulada no ano, em percentual



Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) é o indicador usado para correção monetária dos aluguéis e é divulgada pela Fundação Getúlio Vargas. Seu resultado se baseia em outros três indicadores: Índice de Preços ao Produtos Amplo (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). Em janeiro, o índice subiu 2,58%, puxado principalmente pelo aumento do preço das *commodities* e dos combustíveis, o que impulsionou a alta do IPA. A variação mais notável foi a do minério de ferro (4,34% para 22,87%). Os meses de fevereiro e março acompanharam o ritmo de alta, de 2,53% e 2,94%, respectivamente, acumulando alta de 8,26% no primeiro trimestre de 2021, e 31,10% em 12 meses. No gráfico abaixo, vemos o notável aumento do IPA, que foi o indicador com maior influência sobre o IGP-M. Apesar do recuo em dezembro de 2020, o IGP-M apresentou crescente aumento no primeiro trimestre de 2021:

Gráfico 5: Variação em 12 meses do IGP-M e seus componentes, em percentual



Fonte: FGV – Índice Geral de Preços – Mercado

Por fim, o indicador usado com a intenção de corrigir o poder de compra dos salários, calculando o impacto inflacionário nas famílias de baixa renda, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apresentou uma taxa de 1,96% acumulado no primeiro trimestre de 2021 e 6,94%, em 12 meses.

É importante lembrarmos que a inflação é derivada de muitos fatores, entre elas o câmbio. A atual depreciação cambial (a ser tratada no capítulo seguinte) afeta o aumento dos custos de matéria-prima e incentiva a comercialização de nossos produtos no exterior, podendo gerar escassez no mercado interno, o que provoca uma pressão inflacionária por oferta. No ano passado, foi possível observar o “efeito das *commodities* na inflação”, por exemplo, o óleo de soja apresentou alta de 103,79%, no acumulado do ano, um reflexo da demanda internacional e como o real estava desvalorizado, as operações do grão também ficaram mais caras, fazendo com que o produtor repassasse o custo para os produtos finais, como o óleo de cozinha.

Veremos também, no texto da Balança Comercial, que o aumento de exportações foi influenciado pela recuperação econômica dos EUA e da China, que aumentaram o consumo, e conseqüentemente, pressionaram os preços do setor agrícola e de minérios, em nosso mercado, conforme as limitações de oferta.



DÓLAR

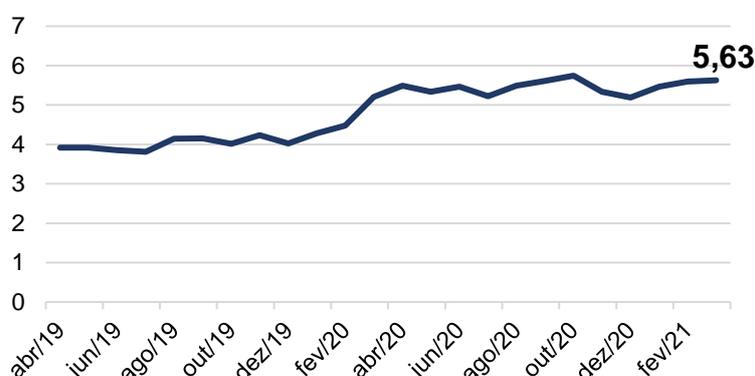
por Mateus Tetsuo

No transcorrer do primeiro trimestre deste ano, a taxa de câmbio foi influenciada pelas incertezas na situação econômica e política do país. A economia foi bastante prejudicada pela piora nas condições sanitárias devido a pandemia, que atingiu o pior momento neste ano. Por sua vez, a política fiscal foi o centro das atenções, no que diz em relação ao impacto no câmbio. Com meses de atraso, o orçamento para o ano de 2021 foi aprovado, no entanto, é praticamente um consenso entre os economistas que o texto é irrealista, tendo subestimado as despesas e se tornado uma grave ameaça a responsabilidade fiscal.

Esta perspectiva, de um crescimento da dívida do Governo Federal, refletiu em uma potencialização da depreciação cambial, que já vinha ocorrendo com o enfraquecimento da atividade econômica. Como resultado, o dólar comercial, que tinha terminado 2020 em R\$5,19, fechou o primeiro trimestre em R\$5,63, depreciação de 8,43% e tendo chegado a patamares próximos de outubro de 2020, quando chegou a bater R\$5,90, sua máxima histórica. É provável, no entanto, que se o Banco Central não tivesse intervindo, o câmbio teria renovado a máxima histórica.

O Bacen, que observava essa desvalorização cambial acentuada e preocupado com a inflação, decidiu intervir no mercado, a fim de conter uma maior desvalorização da moeda, por meio de leilões de US\$ bilhões em *swaps* cambiais – por exemplo, no dia 9 de fevereiro, o dólar comercial se encontrava em R\$ 5,44, por volta das 13h20, mas sua elevação foi contida após o leilão de US\$ 1,285bi, pelo Bacen; ou como no dia 2 de março, quando ao câmbio chegava a R\$ 5,88, próximo de sua máxima histórica, até que o Bacen injetou US\$ 2,095bi no mercado. Esta desvalorização vem afetando os movimentos do comércio exterior, conforme o capítulo seguinte.

Gráfico 5: Taxa de Câmbio US\$/R\$



Fonte: investing.com



BALANÇA COMERCIAL

por Guilherme Lima

A balança comercial acumulou um superávit de US\$ 1,648 bilhão nos três primeiros meses de 2021, contudo o saldo foi o menor desde 2015. No período, as exportações somaram US\$ 55,635 bilhões, influenciado pelo aumento de 41,6% da indústria extrativa, de 17% do setor agropecuário e de 6,5% da indústria de transformação. Já as importações, totalizaram US\$ 53,987 bilhões, com altas na indústria de transformação (24%); agropecuária (15,4%) e indústria extrativa (12,8%).

Destaca-se o resultado de março, no qual as exportações, do Brasil, superaram as importações em US\$ 1,482 bilhões. Entretanto, de acordo com a média diária padrão, esse valor é 63% menor que o registrado em março do ano passado, além de ser o menor valor mensal desde 2015. O aumento das exportações (US\$ 24,505 bilhões, +27,8% em relação ao mesmo mês do ano passado) é resultado do impacto da plataforma de petróleo. Até os últimos dez anos, o Brasil registrava plataformas de petróleo nas subsidiárias da Petrobras no exterior, mas que nunca saíam do país. Essas operações são registradas como exportações. Com a ajuda do Retro (o novo sistema tributário do setor), o Brasil está registrando várias plataformas e registrando o processo como uma importação.

Em relação as importações (US\$ 23,023 bilhões, um aumento ano-a-ano de 51,7%), a entrada de plataformas de petróleo no país aumentou as compras externas. Sem isto, a balança comercial, de março, registraria um superávit de US\$ 6,988 bilhões, e teria um resultado maior desde março de 2017, quando o superávit total da época era de US\$ 7,136 bilhões.

Outros destaques das importações foram os aumentos das compras de gás natural (+229,8%), medicamentos e produtos farmacêuticos (+52,9%) e soja (+215%). A desvalorização do real aumenta os preços das mercadorias de outros países, levando a um aumento no valor das importações desses produtos.

De acordo com o relatório Focus, a previsão para o fim de 2021 é que a Balança Comercial tenha um superávit de US\$ 55 bilhões. Já em relação ao saldo da conta corrente, a previsão é de déficit de US\$ 12 milhões. Por fim, a estimativa do Investimento direto no País (IDP) é de US\$ 55 bilhões.



IBOVESPA

por Mateus Talarito

O ano de 2021 começou positivo para os investidores, com o Ibovespa chegando ao patamar de 125.077 pontos em 08/01. Entretanto, diante a lenta vacinação no Brasil e aceleração dos casos e das mortes por Covid-19 (acompanhado da piora na saúde pública), o índice retornou a cair. Desta forma, o primeiro trimestre de 2021 fechou com 116.664 pontos, uma queda de 2% desde janeiro, situação que não foi pior dado o resultado do mês de março (alta de aproximadamente 6% no mês). O estímulo fiscal de US\$ 1,9 trilhão apresentado por Joe Biden, aumentou as expectativas dos investidores, em março, para o crescimento econômico norte-americano. Na contramão do controle da pandemia, o cenário alarmante na saúde pública brasileira continuou afetando as expectativas futuras, além da questão fiscal (incerteza da concretização do orçamento de 2021, tema já abordado em nossa análise sobre o câmbio) e retomada econômica.

DESEMPREGO

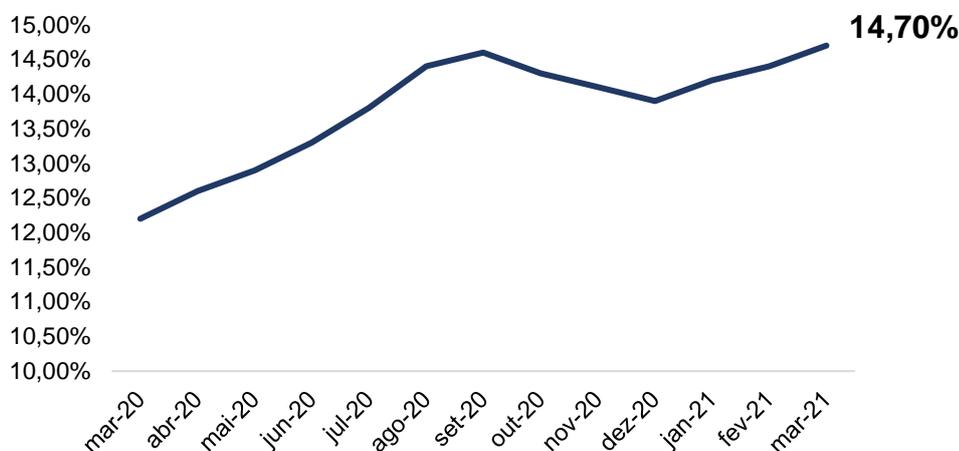
por Mateus Tetsuo

A taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2021 ficou em 14,7%, sendo a maior taxa e o maior número de pessoas desocupadas desde o início da série histórica, em 2012. Em relação ao último trimestre de 2020, houve um aumento de 0,8 pontos percentuais na taxa de desocupação e um acréscimo de 880 mil pessoas na busca de emprego. No entanto, o aumento do desemprego no primeiro trimestre do ano é um efeito sazonal esperado. Muitas vagas são abertas temporariamente, apenas para os eventos festivos do final do ano e que são fechadas no início do ano novo.

Em relação ao mesmo período do ano passado, os resultados do IBGE apontam um aumento de 2,5 pontos percentuais, movimento explicado, principalmente, pelas medidas de isolamento social de combate a pandemia adotadas durante este período.

Outra questão importante a mencionar é o fato de que a taxa de desemprego teve resultados melhores do que os esperados pelos economistas. Todavia, a surpresa não parte do maior número de pessoas ocupadas, mas sim da estabilização da taxa de participação na força de trabalho. A participação em níveis pré-pandemia estava por volta de 62%, caiu para 54% no início da pandemia e passou a recuperar gradualmente até o último trimestre do ano passado. Era esperado que a participação continuasse sua recuperação, mas estabilizou em 57%. Existem algumas possíveis explicações para este fenômeno: (i) a volta do pagamento do auxílio emergencial, em abril; (ii) a demora no retorno das aulas presenciais nas escolas; e (iii) um potencial aumento de desalentados.

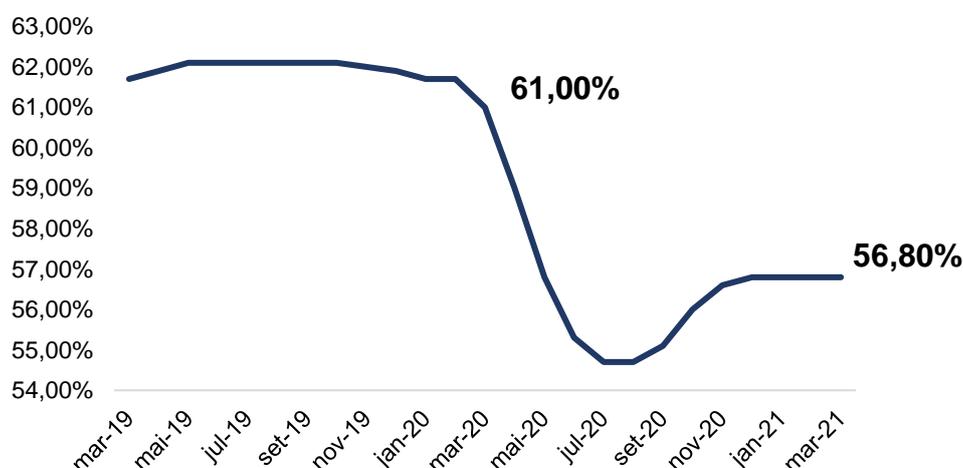
Gráfico 7: Taxa de desocupação



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Perspectivas apontam recuperação do mercado de trabalho e da atividade em geral, com as flexibilizações das restrições de mobilidade. No entanto, para isso, é necessário que haja um controle da evolução da pandemia no país, o que é, hoje, uma grande incerteza por conta do ritmo de vacinação. T tamanha incerteza dificulta realizar previsões precisas quanto a taxa de desemprego e o mercado de trabalho. Dito isso, as projeções do mercado, para a taxa de desemprego, ao final deste ano, giram entre 12,3% e 14,6%.

Gráfico 8: Taxa de Participação na Força de Trabalho



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua



EQUIPE

Nadja Nara Lima Heiderich

Coordenação acadêmica

Allan Silva de Carvalho

Coordenação administrativa

Christian Maciel Rodrigues

Gabriela Lima Batalha

Guilherme Victor de Oliveira Lima

Mateus Talarito Simões

Mateus Tetsuo Yoneya

Matheus Vilas Boas Zaharansky

Raul César Siqueira Rocco

Thamires dos Santos da Silva

Valeria Valentina de Jesus Freitas De Freitas

Integrantes voluntários

necon@fecap.br

+55 11 3272 4232